



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006835-33.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **José Emilio Nazzari**
 Requerido: **LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que desejando adquirir um televisor tomou conhecimento de promoção realizada pela ré pela qual compraria um aparelho e receberia outro de brinde.

Alegou ainda que fez a compra indicada, mas a ré não promoveu à entrega do outro aparelho, de sorte que almeja à sua condenação a fazê-lo.

Os documentos apresentados pelo autor respaldam o que ele asseverou.

Nesse sentido, vê-se a fl. 04 a alusão à *"PROMOÇÃO NOS 20 ANOS DA LG, COMPRE LG OLED E LEVE UMA TV ULTRA HD"* (grifei).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já o regulamento da "PROMOÇÃO COMPRE E GANHE" (fl. 03 - grifei) destaca que cumprindo os requisitos contemplados o participante **ganhará** uma TV Ultra HD 4K da ré, a qual seria tida como **brinde**.

Assentadas essas premissas, e sendo incontroverso que o autor adquiriu em 29/05/2015 (dentro do prazo da promoção, que se encerraria em 31/05/2015) uma TV OLED 55 polegadas sob código LG55EA9850 (fl. 02), transparece claro o seu direito a receber o outro como brinde.

O produto comprado preenche as características previstas no aludido regulamento como apto a dar ensejo ao ganho do segundo, mas a ré injustificadamente não o entregou.

Na peça de resistência ela se limitou a ressaltar que a promoção na realidade contemplava a compra dos dois televisores pelo preço de somente um, o que importaria dizer que o segundo seria como que "ganho".

Chegou a exibir anúncio nesse sentido (fl. 15), mas não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor e tampouco os documentos que ele coligiu.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Os documentos assinalados patenteiam a oferta de promoção com os contornos descritos pelo autor, sendo explícitos a esse propósito.

Os termos empregados neles (compre e leve, compre e ganhe e brinde, dentre outros) não permitem qualquer dúvida sobre o conteúdo da promoção e evidenciam que o autor faz jus a receber o aparelho anunciado.

Isso porque é indiscutível o caráter de vinculação da oferta ao vendedor (CDC – art. 30), inexistindo dado consistente que fizesse desaparecer na espécie vertente tal caráter.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o brinde relativo à promoção tratada nos autos (TV ULTRA HD 4K, 42 polegadas, modelo UB82000) ou outro de qualidade superior a ser aceito por ele sem qualquer ônus para si, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação do pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**